

Número do SIPRO: 0085924-1170/2017-8  
Número do SIGED: 00083158-1501-2017  
Descrição: TERM DE TRANSAÇÃO E AJUSTAMENTO DE  
Licitante: SAMARCO  
Data e hora do protocolo: 20/04/2017 - 04:25  
Nome do atendente: ARISTOTELES SANTOS  
Destinatário: SEMAD/SURAM  
Para mais informações sobre este documento favor acessar o site:  
[www.planejamento.mg.gov.br](http://www.planejamento.mg.gov.br) e consultar no SIGED-WEB.



**CÓPIA**

À

**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL – SEMAD**

**A/C: SUBSECRETARIA DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL - SURAM**

**A/C: Dr. Anderson Silva de Aguiar<sup>1</sup>**

*Ref: TERMO DE TRANSAÇÃO E AJUSTAMENTO DE CONDUTA – VIABILIZAÇÃO DA  
CONSTRUÇÃO DO DIQUE S4 ("TTAC S4")*

**SAMARCO MINERAÇÃO S.A.**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 16.628.281/0003-23, com sede na Rodovia MG-129, Km 117,5, s/nº - Caixa Postal: 22 – CEP: 35420-000 – Mariana/MG vem, respeitosamente, por seus procuradores abaixo assinados, expor o que segue.

Em 19.09.16, a Samarco assinou, com a SEMAD, a FEAM, o IEF e o IGAM, o Termo de Transação de Ajustamento de Conduta em referência, onde a empresa assumiu compromissos a serem executados durante e após a construção do Dique S4.

Dentre as obrigações contidas no instrumento de compromisso acima mencionado, destaca-se a descrita na Cláusula Segunda, item VIII, a qual exige:

<sup>1</sup>Nos termos do OF. SURAM. SEMAD. SISEMA. n. 107/16, por meio do qual solicitou-se, para fins de garantia da efetiva gestão e otimização das tratativas referentes ao empreendimento Mina de Germano, o direcionamento de todos os protocolos ao Gabinete da Subsecretaria de Regularização Ambiental (GAB/SURAM) quando relacionados à recuperação da Bacia do Rio Doce, à retomada das atividades do empreendimento, ou em resposta a quaisquer solicitações realizadas pelo SISEMA.

*“a apresentação de um plano, no prazo de 90 (noventa dias) contados da assinatura deste ACORDO, para, se necessário, retirada e destinação ambientalmente adequada dos rejeitos e sedimentos depositados nas calhas, nas margens, nas áreas de preservação permanente – APPs e nas áreas de inundação, impactadas pela lama, dos rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce, no território mineiro, adotando técnicas de reabilitação dos ecossistemas e o uso futuro sustentável destas áreas, conforme diretrizes e critérios a serem discutidos e aprovados pelos órgãos ambientais”.*

Conforme já exposto a esta Secretaria, em 29/07/2016, a Fundação Renova, entidade constituída para gerir os programas de reparação dos impactos do acidente de 05/11/2015, submeteu à avaliação da SEMAD a primeira minuta desse trabalho, refletida em um estudo elaborado pela Golder Associates, no qual foram definidas as “diretrizes para gerenciamento de rejeitos com planejamento e cronograma das ações de recuperação ambiental”. O referido estudo, intitulado “Avaliação dos Impactos no Meio Físico Resultantes do Rompimento da Barragem de Fundão”, foi também entregue ao Comitê Interfederativo, do qual esta Secretaria também faz parte, em cumprimento à Cláusula nº 150 do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC, firmado no bojo da Ação Civil Pública nº 0069758-61.2015.4.01.3400.

Mais especificamente, a seção 7.8 desse estudo determinou:

*“A definição de um plano de manejo de rejeitos, com detalhes sobre locais e volumes a serem objeto de remoção, transporte e disposição, bem como a definição dos locais e métodos de disposição dependem primeiramente da definição da necessidade ou não de manejo desses materiais. Para essa definição propõe-se utilizar os critérios apresentados na Seção 7.4, os quais deverão ser validados pelas partes interessadas.*

*Caso se verifique a necessidade de manejo de rejeitos em determinados locais, deverão ser realizados estudos de engenharia considerando as*

*especificidades de cada caso, de forma a poder definir os métodos e ações mais apropriados.”*

Foi realizada, em 12/01/2017, uma reunião específica com este i. órgão ambiental para discutir o tema do manejo de rejeitos, tendo em vista a concomitância do debate da mesma questão junto à Câmara Técnica do CIF, da qual V.Sas. fazem parte, e ao Juízo da 12ª Vara Federal, no âmbito da Ação Civil Pública nº 23863-07.2016.4.01.3800.

Ressalta-se que na referida reunião restou entendido que o documento sobre o manejo de rejeitos teria por escopo único metodologias de tratamento das áreas, a serem aplicadas observadas as suas especificidades, e com possibilidade de extratos do plano atenderem obrigações pontuais da Samarco.

Ainda, a Fundação Renova promoveu três *workshops* para discutir e definir as diretrizes do manejo de rejeitos, ali referenciadas, em conjunto com V.Sas. e os demais órgãos ambientais competentes, e consultores e acadêmicos das diversas especialidades envolvidas nesse extenso e complexo trabalho<sup>2</sup>. Esses encontros foram realizados em 24 e 25/01/17, 22 e 23/02/17 e 13/03/17(Lista de presença - Docs. 01).

Diante da necessidade de alinhamento das distintas demandas dos órgãos ambientais e demais autoridades, bem como de se construir a redação final do plano de manejo de rejeitos em conjunto com todas as autoridades públicas envolvidas, com a contribuição dos especialistas que já vêm participando dos debates, fez-se necessário um extenso trabalho de revisão das diretrizes do plano, a fim de nelas refletir todas as críticas e avaliações recebidas nesses meses de interlocução.

Para que se pudesse finalizar essa derradeira revisão e inclusão das contribuições dos especialistas, inclusive aquelas obtidas no *workshop* do dia 13/03/2017, a Samarco

---

<sup>2</sup><http://www.fundacaorenova.org/paineis/rejeitos/>



protocolou em 31/03/2017 petição requerendo a prorrogação do prazo por 20 dias, encerrando-se em 20/04/2017.

Neste sentido, a Samarco vem, tempestivamente, apresentar o Plano de Manejo de Rejeitos, em cumprimento à obrigação estabelecida na Cláusula Segunda, item VIII, do TAC S4.

Cabe ressaltar que o plano ora apresentado estabelece alternativas a serem ainda escolhidas através de uma metodologia para tomada de decisões, a partir de diagnósticos a serem feitos e consultas às partes interessadas, conforme justificadamente apresentado no documento e ser de ciência dos atores envolvidos em seu planejamento.

Sem mais para o momento, a Samarco coloca-se à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Pede deferimento.

Belo Horizonte, 19 de abril de 2017.



**SAMARCO MINERAÇÃO S.A.**

